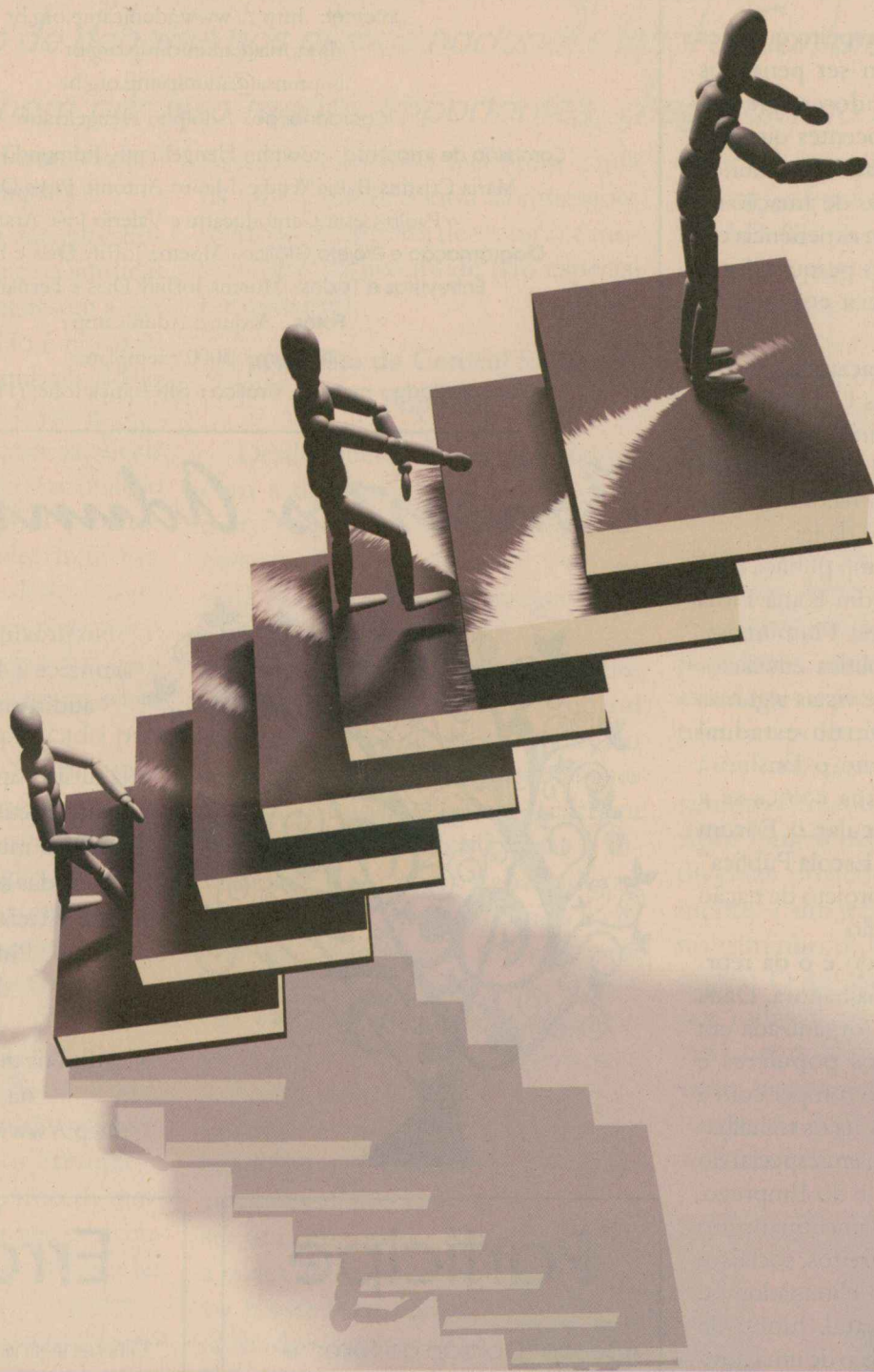


Jornal da Adunicamp



Imagem: SXC



Carreira:

Assim como nas Universidades Estaduais Paulistas, ela está em pauta também nas federais (pp. 4 a 6)



Em reforma

Kátia Lima debate as transformações na educação brasileira (p. 3)

Crise mundial

Cláudio Salvadori DeDecca reflete sobre a questão (p. 8)

Editorial

Em pauta: carreira docente, educação pública, crise e organização sindical

O jornal que agora chega às suas mãos apresenta um conjunto de reflexões sobre o momento vivido pela Universidade Brasileira e pela Unicamp em particular. Questões decisivas para a nossa sociedade. Carreira docente tem algo a ver com projeto nacional? Esta pergunta, dependendo de quem responda, poderá ter um caráter afirmativo ou negativo. O mesmo vale para o debate das políticas educacionais sejam elas do governo federal ou do estadual e também para a colocação em questão das organizações sindicais.

O Jornal da Adunicamp publica um conjunto de reflexões da diretoria da entidade sobre a carreira docente. Somos freqüentemente postos diante da questão sobre nossa posição já que fazemos críticas ao projeto divulgado pela reitoria, mas não suficientemente debatido pela comunidade docente. É nossa compreensão que carreira não se resume a um organograma meramente formal que tem mais a ver com a questão salarial do que com a vida acadêmica. Nesse sentido o debate da diretoria coloca a questão de que se deve pensar qual universidade, para quem e para que. Sem essa clarificação, como poderemos ter um projeto de intervenção pedagógico, científico e artístico? A Universidade deve dar conta da pluralidade do social, não se atrelando apenas ao mercado ou à sociedade (entendida aqui como conjunto dos diferentes setores, classes e movimentos sociais).

Elaborar um projeto, debatido no interior da Universidade, permitirá que façamos uma avaliação real e não meramente quantitativa baseada em critérios pseudo-universalistas como aqueles que as agências de fomento impõem. Agências que determinam o que e como pensar, o que pesquisar. Avaliar a atuação do docente sem saber qual o projeto do seu departamento, instituto ou faculdade, é apenas uma ritualização que não dá conta do real. Assim critérios produtivistas de avaliação podem satisfazer os desejos de estatísticas, mas não falam – e nem o poderiam – sobre a qualidade do produzido (aulas, artigos, pesquisas).

Decisiva nessa formulação está o papel dos aposentados. “Eles não que-

rem privilégios, mas o respeito que lhes é devido”. Não podem ser pensados apenas como colaboradores que suprem deficiências de docentes que não são contratados. O aposentado, muitos com mais de três décadas de atuação na Unicamp, tem uma longa experiência e o seu convívio com jovens pesquisadores e alunos poderá potencializar em muito a ação da Universidade.

Por outro lado destacamos na matéria sobre a carreira nas Universidades federais a ameaça de extinção da dedicação exclusiva. Isto permitirá uma saída para aqueles que atuam nas fundações privadas, hoje ao arrepio da lei.

O Jornal da Adunicamp publica uma importante entrevista com Katia Lima da Universidade Federal Fluminense. Nela é examinada a política educacional do governo federal e vistas algumas propostas que o governo estadual busca implementar como o Ensino à Distância. Segundo Katia coloca-se a necessidade de “rearticular o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública” na perspectiva “de um projeto de nação e um projeto de educação”.

Outro tema destacado é o da reorganização da classe trabalhadora. Dada a diversidade da classe (organizada em sindicatos, movimentos populares e sociais) faz-se necessário romper com a jaula de ferro que aprisiona os trabalhadores à estrutura estatal, em especial do Ministério do Trabalho e do Emprego. Em tempos de capitalismo financeiro em escala planetária direitos sociais e liberdades sindicais são eliminados ou atrelados ao poder estatal. Junho de 2010 deliberará pela criação de uma nova central que queremos sindical e popular.

Por fim Cláudio Salvadori Dedecca nos apresenta sua análise sobre a crise, os liberais e seu pensamento de plantão. Bela análise que vem no sentido das nossas afirmações sobre a conjuntura. Nela Dedecca desmistifica as pretensas análises ortodoxas da crise: “Cabe agora rerepresentar a pergunta: onde está o pensamento liberal que argüia que a flexibilidade do contrato e das relações de trabalho era simétrica a um baixo desemprego?”

Boa leitura.

Adunicamp – Associação de Docentes
da Unicamp
Seção Sindical do ANDES-SN

Rua Érico Veríssimo, 1.479, CEP 13083-851,
Cidade Universitária, Campinas - SP
(19) 3521-2470

Internet: <http://www.adunicamp.org.br>
diretoria@adunicamp.org.br
imprensa@adunicamp.org.br

Coordenação: Adolpho Hengeltraub

Comissão de Imprensa: Adolpho Hengeltraub, Edmundo Fernandes Dias,
Maria Cristina Bahia Wutke, Mauro Antônio Pires Dias da Silva,
Paulo Cesar Centoducatte e Valério José Arantes

Diagramação e Projeto Gráfico: Moema Joffily Dias e Fernando Piva;

Entrevistas e Textos: Moema Joffily Dias e Fernando Piva

Fotos: Arquivo Adunicamp;

Tiragem: 3000 exemplares

Periodicidade: mensal; Gráfica: SRGráfica fone: (11) 4223-5911

Concertos Adunicamp

No próximo dia 9/12, às 20h
acontece a 4ª edição da série, no
auditório da Adunicamp.

Na última apresentação deste ano,
Isaías e seus Chorões e Quintal
Brasileiro mostrarão “com quantas
cordas se faz um choro”,
na pré-estreia do show que iniciam
no Sesc Pinheiros no dia 12 de
dezembro.

Confira os detalhes em nossa pági-
na na internet:
<http://www.adunicamp.org.br>

Participe

A seção “Opinião do Leitor” é um espaço aberto para receber os textos de nossos leitores a respeito de assuntos relevantes tanto para a universidade quanto para o país. Os artigos serão assinados e de inteira responsabilidade do autor, pois os textos serão publicados na íntegra no jornal. Para que isso seja possível eles não devem passar de 3.500 caracteres.

Você pode enviar o seu texto para a seção “Opinião do Leitor” pelo e-mail:
imprensa@adunicamp.org.br ou por carta para a nossa sede.

Erramos

* Diferentemente do que foi publicado na edição de outubro do Jornal da Adunicamp, o título da matéria é EaD na graduação é resposta à falta de vagas?

* A imagem que consta da página 2 (Unicamp em números), foi impressa sem a legenda que identifica a coluna de docentes em exercício da de aposentados. A errata desta imagem está publicada em nossa página na internet:
<http://www.adunicamp.org.br>

“O Fernando Haddad já deu essa declaração há um tempo atrás: é uma reformulação a conta-gotas”

A universidade em suas últimas décadas parece ser um espaço estratégico importante não apenas para as políticas governamentais, mas também para a classe trabalhadora. Nesse sentido, nos último dois governos vem se tentando ganhar a opinião pública para uma proposta de reforma da educação nacional, em especial o Ensino Superior.

Para falar sobre esse assunto convidamos Kátia Lima, doutora em educação e professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense.

Jornal da Adunicamp: Kátia, quais as transformações ocorridas na educação nacional nos últimos anos?

Kátia Lima: Eu acho que são várias transformações. A gente está vivendo, no Brasil, nos anos de neoliberalismo, um processo intenso de reconfiguração da educação brasileira. Eu acho que a questão é importante porque não é um processo de reformulação que atinge apenas as universidades. E, na realidade, altera o próprio sentido e as funções sociais das universidades como o espaço da educação, de produção de conhecimento e de formação para uma sociedade, de fato, justa e democrática.

Essas alterações têm como um dos eixos centrais o aprofundamento da transformação da educação em um lucrativo campo de exploração para os setores privados nacionais e para os grupos internacionais. É o aprofundamento do processo de privatização, através do aumento de cursos pagos e de instituições privadas de ensino.

Outra face desse processo é a que está diretamente relacionada com a educação pública, que a gente vem avaliando como um processo de certificação em larga escala, que também tem como eixo o discurso de todos os governos neoliberais, do FHC ao Lula, da defesa dessa ampliação de acesso.

No caso das federais, por exemplo, a gente vem vivendo o processo, que vem desqualificando a formação profissional e reconfigurando, intensamente, o trabalho docente. E é importante que as lutas estejam articuladas para entender como essa reconfiguração vem transformando o papel da educação em um grande negócio. E, ao mesmo tempo, como,

através dessa importante estratégia de massificação do acesso nessa educação desqualificada, vem se configurando uma importante estratégia de obtenção de consenso para que trabalhadores e filhos de trabalhadores consigam aderir às reformas neoliberais, que vem sendo conduzidas no Brasil da década de 90 pra cá.

JA: É esse o papel de projetos como o de Cotas, do Reuni, do Prouni?

KL: Essa é uma reflexão importante porque a gente não pode cair nessa armadilha da fragmentação e fazer o debate do Reuni sem entender que essa massificação também vem sendo operada através da educação a distância, do Prouni.

O Fernando Haddad já deu essa declaração em jornal, há um tempo atrás: é uma reformulação a conta-gotas. Para a gente conseguir perceber que todas essas ações convergem para esse duplo mecanismo de incentivo à privatização e fortalecimento do setor privado, a melhor expressão é o Prouni. Como é que se criam vagas públicas em instituições privadas?

É uma lógica extremamente perversa porque existe uma demanda da juventude, hoje, pelo acesso a educação superior. Então como dizer não? É uma política, uma construção muito bem feita que, de fato, responde a uma demanda. Só que ressignifica essa demanda, na medida em que apresenta o Prouni como uma possibilidade de acesso, mas omite que é um programa que tem como objetivo atender à crise dos empresários da educação. Eu acho que o governo Lula foi muito feliz nessa construção, porque educação a distância, o Reuni, o Prouni, todos eles ampliam acesso. Mas a pergunta é: de que forma? Com que qualidade? Com que concepção de educação e de universidade?

JA: É difícil combater esse discurso que “nós estamos abrindo a possibilidade de mais pessoas estudarem”...

KL: Sim, é muito difícil. Eu me lembro que, ainda com o Tarso Genro à frente do Ministério da Educação, na página do MEC tinha um mapa do Brasil mostrando essa expansão. Só que também omitia que, na realidade, não era expansão de universidades, mas eram unidades de ensino de uma determinada instituição

federal que ia para o interior e de uma forma extremamente precarizada.

Quando as universidades operam o processo de interiorização, elas operam através de parcerias com prefeituras, ou através de um mecanismo que o professor que está na sede vai para o interior e recebe por fora. O que é outra situação bastante complicada. Aí a discussão sobre a greve, sobre a organização do movimento sindical, sobre a luta por melhores condições de trabalho, salário, isso tudo sai do horizonte desse professor, porque ele está recebendo uma complementação salarial.

São várias ações extremamente perversas e muito bem costuradas. E as grandes tarefas que a gente tem hoje são conseguir articular as ações e reafirmar outro projeto de educação, de universidade.

JA: Aqui no Estado de São Paulo teve, recentemente, a implantação da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), um consórcio do qual fazem parte as três universidades paulistas e mais o Centro Paula Souza, que é de ensino tecnológico. Como se encaixa o ensino a distância nesse projeto de reformulação da educação brasileira?

KL: O que a gente vem percebendo é que, já desde o Collor, os governos foram criando arcabouço jurídico para conseguir operacionalizar a educação a distância, e uma particularidade importante, a educação superior a distancia. E aí um outro debate importante: é educação a distancia ou é um ensino a distancia? Porque o foco não é na educação, da forma como nós defendemos, é um processo de formação que está marcado por uma relação de ensino, de transmissão de algumas informações.

Outra reflexão importante é: como essa política vem garantindo uma ação intensa do setor privado? No caso do Serviço Social, que é a área de ensino a que estou ligada na UFF, essa formação a distancia se dá, fundamentalmente, pela ação do setor privado. E é um escândalo! São 25, 20 mil vagas que esse setor está abrindo para formação de assistentes sociais. É uma formação aligeirada; que quebra, completamente, a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão; está focalizada no ensino massificado;

não são professores com mestrado, doutorado, são tutores ou monitores contratados para operar a tecnologia; os pólos, que são abertos nos vários municípios, são organizados em locais complicados.

A outra face dessa história vem das políticas dos vários governos. O consórcio que está se constituindo aqui (em São Paulo) me parece muito próximo da estrutura que temos no Rio de Janeiro, que é o CEDERJ (Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro), um pool das públicas do Rio: UERJ, UFRJ, UFF, UNIRIO. A UFF, por exemplo, tem um curso de graduação em Matemática, os professores que coordenam são da Federal Fluminense, os estudantes saem com um diploma da Federal, no mesmo nível do ensino presencial. Agora, sem nenhuma vivência da vida universitária.

JA: E a qualidade do curso é a mesma?

KL: Nossa! Não tem comparação! Porque não é só a formação da sala de aula que ele está perdendo. E ele está perdendo a participação no movimento estudantil, nos debates, nas palestras, a vida universitária.

E você faz uma formação, que atende às demandas dos organismos internacionais, particularmente do banco mundial, UNESCO, que vêm problematizando a questão do nível de escolaridade no Brasil. Tem uma preocupação desses governos em mostrar para esses organismos que se tem um nível de escolaridade. Só que é tão desqualificado que o aluno que sai do ensino fundamental é um analfabeto funcional, que mal sabe escrever o nome.

JA: Alguma consideração final?

KL: Acho que o que me parece central, hoje, é que a gente consiga perceber esse processo de destruição da universidade e da educação como um processo que não está limitado aos estados ou a determinadas universidades. Conseguir rearticular o Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública, porque ele traz esse horizonte de defesa da educação para além das particularidades dos níveis de ensino. Não é uma tarefa fácil, mas que me parece urgente, inclusive pelo que se desenha para 2010, na construção, de fato, de um projeto de nação e um projeto de educação.

Carreira docente: a visão da diretoria

O presente texto apresenta a reflexão da diretoria da Adunicamp sobre a carreira na Unicamp e sua reformulação, como vem sendo proposta pela reitoria. Para os diretores, não é possível aprovar qualquer proposta de carreira sem antes discutir a própria universidade

Pensar a carreira docente é um processo complexo que inclui, antes de qualquer outra coisa, uma avaliação meticulosa sobre o que é a universidade e qual universidade se quer, para que e para quem. Tarefa difícil, mas necessária, esta avaliação, que deve ser feita por toda a comunidade, é de fundamental importância para que se possa pensar a carreira docente. Para fazer esta análise é necessário ter em mente o contexto no qual a Unicamp está inserida.

Até a década de 50, as universidades brasileiras eram baseadas nos modelos francês, italiano e alemão, que a entendiam como um centro de ensino e pesquisa voltado para a formação das bases nacionais, a composição de quadro de intelectuais para produção de conhecimento, com ênfase na formação geral e humanista, ao invés de meramente profissional. Nestes modelos predominam certa autonomia em relação ao Estado e preocupação fundamental com a unidade entre ensino e investigação científica.

Com o final da segunda guerra mundial, houve a substituição destes pelo modelo norte-americano de universidade. Mais pragmático e voltado ao setor produtivo, este modelo associa ensino e pesquisa aos serviços, fragmentando o trabalho intelectual e produzindo conhecimento tecnológico e aplicado, como mostra Richard Senett em seu livro *O declínio do homem público*.

É neste contexto que nascem as primeiras escolas que darão origem à Universidade Estadual de Campinas. Baseada desde sua fundação nestes conceitos, seu desenvolvimento não poderia ser muito diferente: uma universidade que busca na produção intelectual uma maneira de atender às demandas externas à universidade, sejam estatais, sejam empresariais.

Assim, a reforma de 1968 (Estatuto do Magistério Superior, que instituiu o modelo norte-americano de universidade), não teve grande impacto sobre

a forma de atuar dos docentes que aqui trabalhavam.

Elemento já existente desde a reforma, a cobrança por produtividade intensifica-se nas universidades brasileiras a partir da década de 80, quando as mesmas passam a ser entendidas como “improdutivas” pelo Estado. Mecanismos de controle e medição da produção universitária, avaliações individuais e institucionais são fortalecidos.

Atualmente, os modelos de avaliação aplicados aos docentes na universidade estão diretamente relacionados com os modelos de avaliação das agências de fomento à pesquisa, como a CAPES. A inserção destas agências nas universidades se dá pela desobrigação estatal, cada vez mais crescente, de financiar as pesquisas e de integrar o funcionamento delas à lógica do capital e ao atendimento, prioritário, das necessidades dos setores produtivos.

Longe de ser o ideal, estas avaliações agravam um problema que se instaurou na Unicamp no começo dos anos 90, o do produtivismo como princípio fundamental. O Projeto Qualidade do então reitor, Carlos Vogt - que afirmava pretender ampliar a qualificação dos docentes através da titulação (atualmente 97% dos docentes são, pelo menos, doutores) - instaurou na universidade uma crescente busca por produção, e o docente passou, cada vez mais, a ser cobrado pelo número de artigos publicados. Dos relatórios trienais deveriam constar todas as atividades, que receberiam pontos. Atividades voltadas à pesquisa e publicação passaram, então, a ser mais valorizadas do que as atividades voltadas à docência em si. Quanto maior a produção, melhor a avaliação. Atividades de extensão universitária também se valorizaram, principalmente aquelas em que verbas são revertidas para a universidade e para os docentes. Estas, em geral, também são voltadas para os setores produtivos.

A graduação passou para um segundo plano e, posteriormente, também a pós-graduação sofreu com este processo, uma vez que, com o excesso de tempo gasto na produção de artigos, menos tempo restou aos docentes para preparar cursos, aulas, orientar alunos. A balança da tríade (ensino, pesquisa e extensão), que idealmente compõe as atividades docentes passou a pender menos para o ensino. O comprometimento com empresas privadas passou a dominar a universidade e o desenvolvimento de inovações tecnológicas marcou profundamente o ideário, a ponto de se organizar uma agência de patentes para direcionar a produção de conhecimento dentro da Unicamp.

Este processo de transformação da universidade está diretamente ligado à forma de conceber a carreira docente. A necessidade incessante de avançar na carreira produziu como efeito uma busca pelo nível de titular (MS6). Como a ascensão na carreira nem sempre se dá apenas pela vontade dos docentes, mas também pela existência de vagas para tal, o que se percebe, hoje, na Unicamp é que o nível de professor associado (MS5) passou a se tornar um funil para aqueles que pretendem subir.

Assim, pensar em uma reformulação na carreira é uma atividade que envolve, entre outras questões, reverter este processo. Em uma reunião destinada a discutir a reformulação da carreira docente na Unicamp, a Diretoria da Adunicamp destacou os seguintes pontos de reflexão:

Início e ascensão na carreira

Desde a reformulação da carreira, os níveis MS1 (professor com apenas a graduação) e MS2 (mestre) tornaram-se parte em extinção da carreira docente. Assim, para a Unicamp, essa carreira deveria começar a partir do momento em que o professor adquire o título de doutor. Desta maneira, cada vez mais, os profissionais que entram na universida-

de são aqueles que passaram boa parte de sua vida estudando, mas que quase nunca tiveram contato anterior com a sala de aula.

Com a carreira iniciando no doutorado, e com apenas um nível entre este e o titular, uma das conseqüências é que o nível intermediário (MS5) “virou uma espécie de plataforma de espera para ser titular”, salienta Adolpho Hengeltraub.

A Adunicamp acredita na valorização do mestrado, sendo necessário restabelecer este nível da carreira. Mauro Pires Dias da Silva, 1º vice-presidente da Adunicamp, enfatiza: “a carreira deveria começar no mestrado porque, como está, ele não vale nada. Você faz um mestrado na Unicamp e ele não serve nem para entrar na carreira da própria universidade. Isso é uma contradição”. Já o recém formado na graduação poderia ser de grande valia atuando junto a docentes mais titulados, de maneira a se introduzir nas atividades sem a pressão daqueles que prestam concurso e passam a ficar à frente dos cursos.

A universidade tem um importante papel de formação de quadros intelectuais e profissionais para o país e a pesquisa deve ser um componente deste modelo de universidade. Assim, a carreira deveria refletir isso. O que ocorre hoje, aponta Paulo Cesar Centoducatte, presidente da Adunicamp, é que “os critérios de ascensão da carreira são critérios fortemente ligados à pesquisa e pouco à docência, como se o aluno não fosse importante”.

Titularidade X Salários

Para a atual diretoria da Adunicamp a relação existente entre carreira e salários é distorcida. “Não deve haver uma diferença salarial tão grande entre o menor e o maior nível da carreira”, complementa o presidente. Assim, o salário estaria mais fortemente ligado à dedicação do docente à universidade (regime de trabalho, tempo de serviço, etc.) e a progressão na carreira à sua titulação

(doutor, livre-docente, professor titular).

Autonomia de pesquisa

Uma das grandes dificuldades vividas pelos docentes nos departamentos diz respeito ao objeto das pesquisas. Em muitas unidades este deve ser submetido aos pares, que o aceitam ou não, independente de sua originalidade. Como consequência o que se percebe é, em menor ou maior grau, um cerceamento da liberdade de pesquisa. “Acho que o professor deveria ter mais autonomia na definição daquilo que quer pesquisar. O objeto de pesquisa é, muitas vezes, uma questão pessoal”, afirma Valério José Arantes, segundo vice-presidente da Adunicamp.

Outro ponto deve ser destacado: a vinculação da universidade com empresas privadas. “A questão da empresa, de uns tempos pra cá, comprando as pesquisas, vai cerceando a criação”, lembra Maria Cristina Bahia Wutke, diretora administrativa. A pesquisa passou a responder, prioritariamente, aos problemas das empresas privadas e deixou de ter como objetivo responder aos problemas da sociedade. Esta situação não é exclusiva das universidades. Os institutos de pesquisa também vêm sofrendo com esta prática, tornando-se institutos públicos de pesquisas privadas. “Ganham” aqueles que conseguem trazer mais verbas para a universidade, perdem aqueles cujas pesquisas não estão vinculadas ao capital.

Ensino, pesquisa e extensão

A isonomia entre as três atividades dos docentes desta universidade é, na teoria, a proposta daqueles que a administram. Na prática o que vem ocorrendo é um pouco diferente. Pesquisa e extensão têm ganhado um peso maior na carreira docente.

Como consequência o ensino tem sido prejudicado pelas exigências de produção, publicação, obtenção de verbas para laboratórios, departamentos e institutos. Preparação de aulas e mesmo as orientações estão sendo feitas de maneira aligeirada. A reformulação curricular deixou de ser pensada em relação à formação dos alunos e passou a representar uma maneira de diminuir a carga de aula dos docentes, para que eles pudessem ter mais tempo para se comprometer com pesquisas e cursos de extensão.

Os grupos de intelectuais domi-

nantes de cada área estão na direção das agências de fomento e passaram a exercer pressão, cada vez maior, sobre os docentes. O *publish or perish* (publicar ou perecer) tornou-se o mantra da vez, recitado a cada esquina da universidade.

Com a participação reduzida do governo no financiamento de pesquisas e projetos, a união entre universidade e empresas privadas - estas “levando recursos” para aquela - fez com que houvesse uma maior inversão dos valores. A universidade tem se tornado, cada vez menos, o espaço de formação dos quadros intelectuais e profissionais do país e se transformado em extensões dos laboratórios de grandes corporações.

A prática de extensão nos Estados Unidos é a prática de prestação de serviços para empresas privadas. “Aqui, a ideia era a de que você pode fazer uma universidade que preste serviço à sociedade, não apenas à empresa, as duas juntas”, lembra Edmundo Fernandes Dias, primeiro secretário.

Restabelecer a igualdade deste tripé é fundamental para a universidade. É necessário levar em conta que nem todos os docentes têm perfil para exercer, igualmente, as três atividades o tempo todo. Muitos gostam da docência, muitos das pesquisas. Assim, o importante é que eles realizem mais daquilo para qual estão mais preparados, “desde que façam os três”, complementa Maria Laura Sabinson, 2ª tesoureira.

Avaliação institucional

Cada unidade dentro da Unicamp tem uma característica singular, uma história própria. Planejar uma avaliação que seja capaz de dar conta destas particularidades é difícil, mas absolutamente necessário.

Para o presidente da Adunicamp a discussão da carreira passa, necessariamente, pela discussão da avaliação: “A avaliação institucional deveria ter um peso maior. Avaliar o instituto, o departamento e, por último, o docente”. A avaliação deste também deveria seguir a lógica da avaliação de toda a sua carreira. Há diferenças entre um ano e outro tanto na quantidade de aulas dadas, quanto de pesquisas produzidas, fazendo com que o balanço das atividades dos docentes ao longo do tempo seja muito mais adequado como avaliação do que a quantidade de publicações.

Assim como cada ano é diferente em

termos de possibilidade de produção, cada docente também é diferente em seus interesses e capacidades, e é necessário levar em conta suas vocações. Desde que se garanta que eles apresentarão, também, um mínimo de atividades para o qual estão menos vocacionados (ensino ou pesquisa) e que o departamento seja capaz de balancear as duas em seu interior.

Avaliar a Universidade, as faculdades e institutos, os departamentos, só é possível se estes têm um projeto claramente definido. Como avaliar os docentes, isoladamente, sem a clareza se eles estão ou não adequados aos projetos que a instituição definiu, ou deveria ter definido? Como fazê-lo se não sabemos da disponibilidade de recursos financeiros e de número de docentes necessários?

Carreira docente X gestão universitária X gestão sindical

Participar da gestão universitária, em seus diferentes níveis, faz parte da vida dos docentes na Unicamp. Dirigir departamentos, institutos passou a fazer parte do que se espera deles e conta pontos nos relatórios trienais. Mas, em certo ponto, o desenvolvimento da carreira universitária se cruza com a de gestor: o cargo de reitor só pode ser exercido por um professor titular.

“Acho que a carreira de gestor universitário deveria independer da carreira universitária, que é uma coisa colada na Unicamp. Não é porque o professor é titular que ele vai ser um bom gestor”, resume Mauro.

Não se trata aqui de adotar o modelo americano de gestão da universidade. O que se está propondo não é, de forma nenhuma, que o gestor seja um agente externo, sem ligação com a docência, a pesquisa, a extensão. Somente alguém com a vivência plena da universidade pode pensá-la e administrá-la. O que se propõe é o descolamento entre a titularidade e a gestão dos diferentes níveis da universidade.

Outra questão importante diz respeito à gestão sindical. O fato de o sindicato de docentes ser um órgão importante para a universidade é algo pouco discutido, mas praticamente inegável por aqueles que fazem parte da comunidade acadêmica.

As conquistas para a categoria passam por ele e pela atuação daqueles que se dispõem a “prejudicar” sua carreira

universitária tendo uma atuação sindical. Apesar de o afastamento para exercer esta função ser garantido por lei estadual, ainda há uma mentalidade anti-sindical dentro da universidade. A necessidade da progressão na carreira docente e as “perdas” devido ao afastamento que, muitas vezes, dificultam a pesquisa e, consequentemente a obtenção dos tão importantes pontos na avaliação, estão entre os fatores que fazem a categoria fugir desta atividade.

A própria Lei Montoro (Lei Complementar N° 343, de 6 de janeiro de 1984), em seu artigo 4° determina que “Para fins de evolução funcional, os funcionários e servidores afastados nos termos desta lei complementar não integrarão os respectivos grupos sob avaliação, atribuindo-se-lhes os pontos correspondentes ao conceito “muito bom” das classes a que pertencerem”, em um reconhecimento da importância destas instituições.

Faz-se necessário estimular os docentes a participar ativamente em sua entidade de classe, dando-lhes a possibilidade de progredir na carreira e certificando-lhes que não haverá prejuízo de natureza alguma. A Adunicamp sempre foi e continua sendo um dos “espaços de pensamento e debate mais livres dentro da universidade, se não por outros motivos, por não estar comprometida com nenhum dos níveis da administração, dos quais as alianças e concessões são fundamentais politicamente”, lembra Edmundo. Valorizar este espaço é fundamental.

Os aposentados e a carreira

Por último, mas não menos importante, é preciso lembrar que os aposentados foram, e continuam sendo, parte importante da história desta universidade, construíram-na ao longo das quatro décadas de existência da Unicamp. Qualquer reformulação na carreira deve levá-los em conta e manter a paridade entre estes e os docentes no exercício pleno de suas atividades.

“Nenhuma universidade que se preze pode desconsiderar a participação deles. Eles não querem privilégios, mas o respeito que lhes é devido. O respeito aos aposentados não deve se limitar a seus pares e ao sindicato, deve estender-se, também, à administração universitária e aos órgãos governamentais” lembra Valério.

Em pauta: Carreira Docente nas Federais

O Ministério do Planejamento, Gestão e Orçamento, através de seu representante, o Secretário de Recursos Humanos, Duvanier Paiva Ferreira, apresentou no início de outubro 2009 uma síntese da proposta que o governo federal está preparando para a alteração da Carreira Docente nas Instituições Federais de Ensino Superior

Os representantes do governo entendem que a preparação da proposta de alteração da Carreira Docente se faz urgente em razão do Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU), que determina prazo para que os ministérios, em especial o da Educação (MEC) e o de Ciência e Tecnologia (MCT), tomem providências no sentido de reduzir as irregularidades e ilegalidades dos vínculos hoje existentes entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e as Fundações Privadas ditas de apoio.

O Andes - Sindicato Nacional se posicionou contra essa proposta da nova Carreira Docente nas IFES, na qual consta a possibilidade de extinção do regime de Dedicção Exclusiva (DE) e a criação de novo nível, o de professor Sênior. Para o Andes-SN a proposta não contempla a concepção de universidade que a entidade defende, e, além disso, deixa para o docente a responsabilidade pela recuperação salarial e pelo financiamento da manutenção e expansão da universidade.

Para o sindicato, a proposta está sendo preparada a revelia da categoria e não acabará com o problema das irregularidades envolvendo as fundações. O Andes-SN é completamente contra o fim do regime de DE e a proposta de transformá-lo em uma complementação paga como gratificação semestral, o que certamente irá incentivar os docentes a se submeterem aos projetos administrados e de interesse das fundações privadas, para aumentarem os valores dessa gratificação.

No último CONAD a questão da carreira nas IFES foi debatida e apontamentos sobre o assunto foram apresentados. Para além disso, o Sindicato Nacional vem promovendo debates com a finalidade de esclarecer a categoria sobre as questões que envolvem a reformulação da carreira, dos quais fazem parte, também, a proposta que vem sendo elaborada pelo governo. Em todos eles a categoria deixou clara sua rejeição às alterações pensadas pelo governo.

Para salientar o posicionamento do Sindicato Nacional a respeito da síntese da proposta apresentada por Duvanier e explicar as questões envolvidas na reformulação da carreira nas IFES, Hélcio Queirós Braga, 1º vice-presidente da Regional Leste do ANDES-SN e membro da coordenação do GT Carreira, nos concedeu a seguinte entrevista:

Jornal da Adunicamp: O Governo apresentou no início do mês de outubro uma síntese da proposta de alteração da Carreira Docente nas IFES. Para o Andes, as alterações proposta pelo Governo irão atender as necessidades da categoria? Quais os pontos problemáticos da proposta?

Hélcio Queirós Braga: Em realidade, o governo apresentará a proposta no dia 19 de Novembro, em reunião já convocada. O documento apresentado é intitulado "Síntese de Minuta do Projeto de Lei do Ensino Superior", que indica o propósito do governo de alterar as relações de trabalho, que a nosso juízo pode fragmentar o processo de trabalho, promoverá o alongamento da carreira, por meio de criação de nova classe no seu final, denominada de professor Sênior, bem como traz implícita a modificação no regime de trabalho, transformando a dedicação exclusiva em mais uma gratificação. A nosso juízo, estes são os problemas mais significativos do documento, na

medida em que afeta o conceito de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como quebra a paridade entre os docentes ativos e os docentes aposentados.

JA: A proposta do Governo, caso seja aprovada, acabará com o conceito de "Dedicção Exclusiva" e criará o conceito "Gratificação de Dedicção Exclusiva", como o Andes vê essa possibilidade? A quem interessa o fim da DE?

HQB: Como um aspecto negativo, por introduzir nova gratificação, bem como intervir no processo de indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Interessa ao governo, na medida em que pode estimular os docentes a captarem recursos financeiros por meio de projetos de pesquisas e programas de extensão remunerados, desobrigando o governo de ampliar os recursos destinados a assegurar reajustes salariais para a categoria, o que no futuro reduzirá os gastos com o pagamento dos proventos dos docentes aposentados.

JA: O Governo afirma que um dos motivos para aprovar a nova Carreira Docente é a necessidade de reduzir as irregularidades e ilegalidades dos vínculos hoje existentes entre as IFES e as fundações privadas ditas "de apoio". Para o Andes, essa proposta sanará esse problema?

HQB: Em uma primeira análise, o que

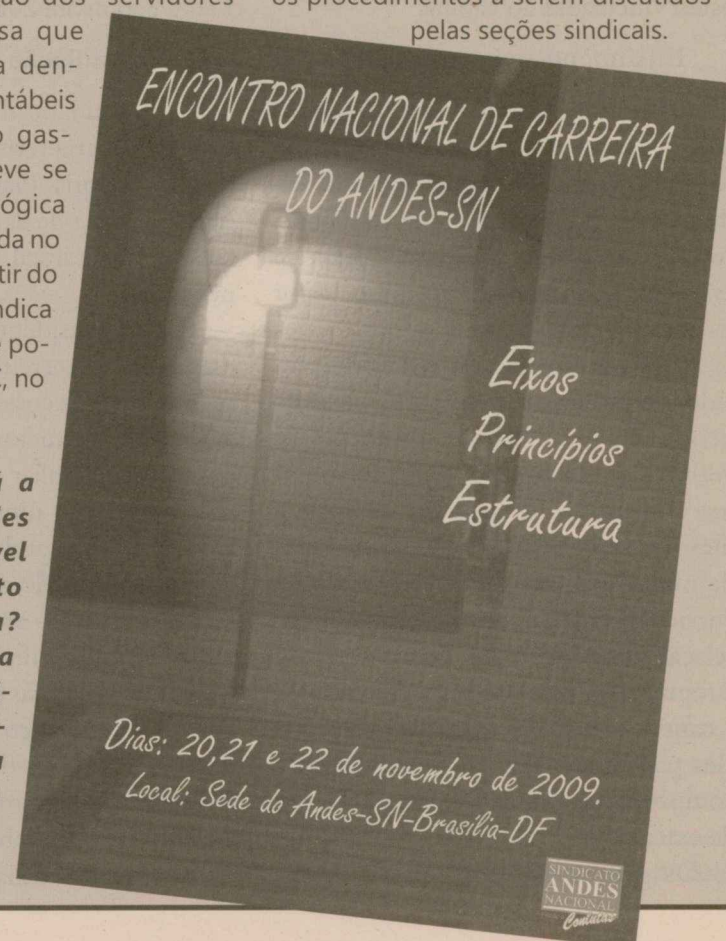
nos parece é que o governo busca legalizar o que foi questionado pelo Acórdão do TCU, que determinou providências no sentido de impedir desvios de funções que hoje ocorrem.

JA: Qual sua opinião sobre a proposta ter sido elaborada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e não pelo MEC?

HQB: Indica que o Governo compreende a remuneração dos servidores como uma despesa que precisa ser gerida dentro de critérios contábeis rigorosos e que o gasto com pessoal deve se inserir dentro da lógica gerencial estabelecida no poder público a partir do governo de FHC. Indica também a perda de poder político do MEC, no atual governo.

JA: Qual será a postura do Andes diante do possível encaminhamento dessa proposta? Existe plano de luta caso haja necessidade de tentar barrar essa proposta de alteração da Carreira Docente nas IFES?

HQB: Nos dias 20,21 e 22 de novembro, o ANDES-SN, realizará o Encontro Nacional de Carreira. Embora esta questão esteja, em princípio, restrita apenas ao setor das federais e o tema não faça parte da pauta do encontro, acreditamos que uma primeira análise será feita. Como de costume, a diretoria fará no mesmo dia 19 de novembro a primeira análise do documento e certamente indicaremos os procedimentos a serem discutidos pelas seções sindicais.



A reorganização da classe trabalhadora

O início de novembro para os trabalhadores surgiu mesclado de ansiedade e esperança. Finalmente após mais de um ano de debates nos planos nacional e local a Conlutas, a Intersindical e outros agrupamentos menores, mas nem por isso menos importantes, chegaram ao Seminário Nacional de Reorganização

As classes trabalhadoras, suas novas configurações

Para muitos era uma questão simples bastando apenas que os sindicatos não-governistas chegassem a um acordo organizativo. Não é tão simples assim. As classes trabalhadoras não são uma entidade homogênea. Divididas em organizações sindicais constituídas a partir de sua ligação com o mundo do capital (professores, metalúrgicos, eletricitários, petroleiros, etc.) elas se defrontaram sempre com um debate sobre a forma organizativa: por corporação, por ramo produtivo, etc. A isto se soma o brutal genocídio amplificado pela chamada “globalização”. Em nome da eficiência do mercado o trabalho vivo foi sendo crescentemente expulso pelas tecnologias. O exército de desempregados ampliou-se monstruosamente. Uma parte dele foi integrado subalternamente como “informal”, outra parte permaneceu e permanece desempregado. Direitos sociais e relações de trabalho foram eliminados. Muitos operários viraram moradores de favela, por exemplo.

Os trabalhadores aparecem também sob outras formas que convencionalmente vem sendo chamadas de movimentos sociais e populares. Os favelados e os sem-tetos são trabalhadores que foram expulsos do “mercado” ou que tiveram seus salários reduzidos a praticamente nada. Esses movimentos populares, que muitos insistem em chamar de poli-classistas, são na realidade outras maneiras de ser da classe. Poli-classista não é apenas uma forma injuriosa de tratá-los, mas reflete uma arrogância classista dos dominantes e um desconhecimento objetivo de sua realidade. Alguém já viu a burguesia e a classe média fazer movimentos por habitação, saúde pública, esgoto, etc?

Esses movimentos recobrem ainda os movimentos contra as opressões (étnicos, de gênero, de cultura) e movimentos da juventude (em especial o estudantil).

A proposta da Central Sindical e Popular

Desde a metade da década passada com a degeneração da CUT (hoje mero órgão de sustentação governamental) o movimento sindical veio trabalhando uma proposta de reorganização. O ANDES - Sindicato Nacional propôs, a partir da análise acima, a criação de uma Central Sindical e Popular. O parâmetro de organização não podia mais ser apenas o trabalhador com carteira assinada. Deveríamos pensar a diversidade das classes trabalhadoras. Esta proposta veio avançando e em conjunto com muitos sindicatos foi aprovada no Congresso de Sumaré que institucionalizou a Conlutas. Mas a batalha era longa. As diferentes concepções existentes no movimento sindical deveriam ser ganhas para essa idéia respeitando-se, porém sua autonomia. Não poderia ser uma imposição, mas a busca do consenso ativo. E esse foi o caminho trilhado desde então. Resistências, pelas tradições no interior de cada

Seminário regional sobre reorganização sindical, organizado pela Conlutas, Intersindical e MTST e sediado pela Adunicamp em 26/09/2009, que serviu de preparação para o Seminário Nacional, realizado em São Paulo

posição, dificultavam o acordo. O debate foi feito, de norte ao sul. Aqui na ADunicamp tivemos um bom seminário regional (por volta de 120 participantes) onde essas posições foram longamente debatidas.

As questões centrais são: a natureza da nova central (sindical ou sindical e popular), a forma da direção (eleita em congresso ou uma coordenação de dirigentes eleitos pelos seus organismos e plenamente demissíveis caso não representem suas bases) e a participação dos movimentos populares, contra as opressões e estudantis (questão já colocada na primeira polêmica).

O Seminário Nacional de novembro dedicou-se a essas questões. Após longos debates no interior das diversas posições chegou-se finalmente a um resultado que avança no caminho da construção da nova central. O resultado foi a convocação, por todas as posições presentes, de um Congresso, em Santos, para a primeira semana de junho de 2010. Este congresso deliberará sobre natureza da nova central, sua forma de dire-

ção e a participação dos chamados movimentos populares. A decisão foi saudada com euforia por todos que proclamavam em uníssono “a classe decidirá” chamando a atenção que esse processo não pode ser decidido apenas pelas direções.

Apesar do incontestável avanço alguns problemas permanecem na sua forma mais crua. A participação do movimento popular na nova Central será decidida pelo voto dos sindicalistas. Isto é questionável. Porque os sindicalistas decidirão da participação ou não das outras formas da classe? No Seminário houve quem alegasse que os estudantes serão os futuros algozes dos trabalhadores. Paradoxalmente muitos estudantes entusiasmadamente sustentavam essa posição. Na realidade, quem é o efetivo algoz dos trabalhadores senão ex-sindicalistas hoje no comando do governo federal (lembramos da reforma da previdência e outras medidas do “saco de maldades federal”). Já obrigados ao poder dos governos devem os movimentos sociais pedir a benção dos sindicalistas?



A crise, os liberais e seu pensamento de plantão

Muito tem se discutido sobre a dimensão e a extensão da crise atual, especialmente naquilo que se refere aos seus efeitos em comparação com os observados na trágica experiência dos anos 30. Também, muito tem se debatido sobre a necessidade de regulação da economia cassino que a progressão da política liberal, dos últimos quase quarenta anos, alimentou sob o argumento da eficiência capitalista. No entanto, pouco se tem discutido sobre os riscos que a crise atual apresenta para a maioria da população, em termos de maior empobrecimento das condições de trabalho e renda.

A ausência de debate sobre este tema deixa imune o legado mais perverso da última era liberal que foram as políticas de progressiva flexibilidade dos mercados de trabalho sob a justificativa que ela permitiria alcançar o baixo desemprego e recompor a capacidade de geração de empregos das estruturas produtivas nacionais. Ao longo dos últimos 40 anos, mudanças na regulação do contrato e das relações de trabalho foram adotadas tanto nos países em desenvolvimento como nos desenvolvidos, destruindo os coletivos de trabalhos, corroendo a representatividade das instituições sindicais, ampliando a heterogeneidade das formas de contrato de trabalho, revertendo tendência de redução da jornada de trabalho, depreciando reiteradamente os salários e promovendo a mobilidade social negativa entre gerações e combalindo a proteção ao trabalho e social. Atualmente, a taxa de sindicalização para a maioria dos países desenvolvidos se encontra abaixo de 20% da população assalariada, apesar desta ter aumentado sua participação na força de trabalho de 70% para mais de 80%, ao longo do período antes mencionado. Sob a justificativa da eficiência da economia capitalista, se esmigalhou a força de trabalho, produzindo uma heterogeneidade do contrato e das relações de trabalho estabelecida sob o controle de uma forma de regulação que recompôs um movimento de aumento da desigualdade. Nova forma de regulação não estabelecida pelo mercado, mas por um novo Estado onde os interesses financeiros se apresentaram e se apresentam de modo transversal em suas diversas instituições.

Pois bem. Olhemos um pouco o vandalismo social do pensamento liberal no contexto atual.

Considerando os pressupostos da política liberal, se esperaria que as economias com maior flexibilidade do mercado de trabalho sofressem menos com a crise. Afinal, as empresas teriam maiores condições de renegociar os contratos de trabalho segundo suas

supostas necessidades e, por conseqüência, os empregos seriam preservados, mesmo que houvesse uma desvalorização dos salários. De fato, este processo tem ocorrido. De modo generalizado, os sindicatos têm aceitado a desvalorização dos salários, sem que os empregos tenham sido mantidos nos países desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, tomados pelo pensamento liberal como referências básicas de mercados de trabalho flexíveis.

A ocorrência deste processo, em um contexto de baixa taxa de sindicalização, tem gerado uma situação de desvalorização salarial, que produziu a emergência vigorosa do instrumento do salário mínimo como forma de conter a barbárie. Com exceção da Alemanha que decidiu politicamente continuar a recusar o instrumento, Estados Unidos, Inglaterra, França e países nórdicos têm sido obrigados a retomar a política valorização do salário mínimo para impedir uma explosão da pobreza no interior da força de trabalho ocupada. A desvalorização dos salários tem sido acompanhada da ampliação da jornada de trabalho, via a progressiva generalização do trabalho aos domingos.

Apesar da ampla transformação do contrato e das relações de trabalho consolidada nos últimos quase quarenta anos, a maior flexibilidade não tem mostrado ser instrumento relevante para proteger a força de trabalho de um maior desemprego. Neste momento, a taxa de desemprego nos Estados Unidos alcança 10% da força de trabalho contra uma de quase 9% para a comunidade europeia. Isto é, a referência de virtuosidade de mercado de trabalho nos anos 80 e 90, quando perdida sua capacidade de impor ao mundo política de ajuste em favor de seu crescimento, apresenta performance pior em termos de desemprego que as demais economias desenvolvidas ocidentais. Considerando inclusive aquela observada para o Brasil.

Cabe agora reapresentar a pergunta: onde está o pensamento liberal que argüia que a flexibilidade do contrato e das relações de trabalho era simétrica a um baixo desemprego? Quais são as razões para que as economias desenvolvidas com mercados de trabalho mais flexíveis, como Estados Unidos e Inglaterra, sejam aquelas em pior situação econômica e com maiores riscos em termos de deterioração da situação de emprego? Qual é o motivo da ausência dos modelos econométricos para justificar que flexibilidade e desemprego são simétricos sim, mas na razão inversa?

É impressionante a omissão do pensamento liberal no debate sobre a crise atual. Por ser

de plantão, ele não tem se omitido em face da impossibilidade da crise ser enfrentada sem uma intervenção sem precedente do Estado na economia. Uma montanha de dinheiro foi injetada na economia a partir do Estado, levando a uma explosão do déficit público também sem precedente, sem que o pensamento liberal tenha sido crítico a intervenção. Ao contrário, como nas crises passadas, o pensamento liberal justifica tal intervenção sob a justificativa que se ela não ocorresse, os efeitos da crise seriam desastrosos. Em sua lógica, proteger o capital é justificado, proteger o trabalho é produzir a ineficiência e a preguiça.

Mas a crise não é uma evidência de ineficiência do capital? Então, qual a razão de protegê-lo? Ademais, a flexibilidade do mercado de trabalho não deveria amortecer a crise e recompor o dinamismo das economias capitalistas?

É lógico que estas perguntas ficaram sem respostas, bem como revelaram uma mentira reiteradamente propalada pelo pensamento liberal. Que ele sempre argumentou que seria fruto de uma reflexão técnica, não ideológica. Enquanto que ao pensamento progressista faltaria técnica e restaria somente ideologia. Falso. A crise atual mostra que economia e política são interdependentes, pois as possibilidades de superação da crise não decorrem dos mecanismos econômicos, mas das decisões políticas de intervir em uma economia cassino que dilapidou o trabalho e alimentou ganhos estratosféricos para poucos.

Técnica e ideologia encontram-se intrinsecamente presentes tanto no pensamento liberal como no progressista, sendo graças a esta simbiose que o regime capitalista alcançou o Século XXI. Pois, se dependesse dos mecanismos exclusivamente econômicos de regulação, a economia capitalista teria sucumbido na primeira metade do Século passado, como mostraram diversos pensadores não marxistas como Polanyi e Keynes. A regulação política do capitalismo pode ter por finalidade a proteção do trabalho, mas fundamentalmente aquela da concorrência e das diversas formas de capital. Nos últimos quase 40 anos, ela desprotegeu o trabalho e deu ampla guarida a uma acumulação do capital que se moveu contra o processo produtivo.

Apesar da intervenção recente do Estado sobre a economia evidenciar tal fato quando o pensamento liberal se omite totalmente em relação ao assunto, se mostrando claramente ser de plantão, ele não abandona sua posição de ataque recorrente contra o trabalho.

A explosão do déficit público associada

a tal intervenção coloca um desafio em relação ao futuro das economias capitalistas desenvolvidas. Qual seja, sobre como ele será financiado e como ele se comportará. Afinal, ele foi explicado pelo financiamento das posições patrimoniais do grandíssimo capital. Equacionado este problema, ficará explícita a necessidade de financiamento das necessidades das políticas de emprego e sociais, com o objetivo de recompor a proteção ao trabalho e de viabilizar uma baixa taxa de emprego. Salvo o capital, caberia fazer o mesmo em relação ao trabalho.

Infelizmente, não parece que isto esteja se desenhando no horizonte da política dos países desenvolvidos, o que permitiria um rearranjo das instituições internacionais e alguma perspectiva mais favorável àqueles em desenvolvimento e em subdesenvolvimento.

Documentos recentes da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico já começam a defender políticas e reformas fiscais que controlem o déficit fiscal. Nos espaços nacionais, tal discurso vem ganhando força, apesar das iniciativas do Governo Obama com a Reforma do Sistema de Saúde e das declarações do G-20.

Os resultados recentes das eleições europeias e da ocorrida na Alemanha sinalizam a preservação da ótima conservadora e a possibilidade de semeio do pensamento liberal. O esvaziamento deste processo, sintetizado por abstenção de mais de 60% dentre a população jovem, aponta ademais situação semelhante da política e, por conseqüência, a precariedade das organizações coletivas partidárias e sindicais. Se considerada a experiência dos anos 30, este contexto é propício ao crescimento da perspectiva conservadora e do pensamento de plantão. Considerando a extensa estrutura institucional presente no capitalismo atual, é muito pouco provável que o processo atual resulte em uma tragédia da natureza conhecida nos anos 40. Mas nada impede que se fermente outra farsa, como aquela prevalecente nos últimos quase 40 anos, seja restabelecida para a próxima década.

Em face do risco existente, é fundamental que se construa uma agenda de questões básicas comuns que sejam do interesse coletivo, que rompa a atual fragmentação das suas instituições de representação. Em suma, é fundamental separarmos o que é decisivo para enfrentar a onda liberal daquilo que permitira ampliar a consolidação de uma política progressista.

Claudio Salvadori Dedecca é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp